

**ATA N.º 25/2022  
DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA CÂMARA  
MUNICIPAL DE PORTO DE MÓS, REALIZADA  
EM 30 DE NOVEMBRO DE 2022**

-----Aos trinta dias do mês de novembro do ano de dois mil e vinte e dois, nesta Vila de Porto de Mós, nos Paços do Concelho e Sala de Sessões, realizou-se a reunião extraordinária da Câmara Municipal, sob a Presidência do Senhor Presidente José Jorge Couto Vala, achando-se presentes os vereadores senhores, Paulo Jorge Nobre Pereira, Eduardo Manuel Ferreira Amaral, Telma Cristina Rodrigues da Cruz, Sofia Margarida Amado Pereira e Marco Paulo Barbosa Lopes, tendo faltado o Vereador Rui Fernando Correia Marto a).-----

-----a) Faltou. A falta foi justificada, por razões de índole pessoal. -----

-----A reunião foi secretariada por Rogério Paulo Fernandes Nunes. -----

-----À hora marcada e depois de todos terem ocupado os seus lugares, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, tendo sido tratados os seguintes assuntos:-----

**PERÍODO DA ORDEM DO DIA**

**1. PROPOSTA DE DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2023-2027**

**Intervenção do Presidente da Câmara:**

-----Começou por dizer que o documento em discussão apresenta novidades e também condicionantes, assenta em algumas incertezas decorrentes de financiamentos comunitários no âmbito do novo quadro comunitário de apoio e do PRR para os quais estão a ser negociados os respetivos mapeamentos até ao ano de 2027, tendo dito a este propósito que na 2.ª feira esteve numa reunião na CCDR Centro, em Coimbra, sobre este assunto e que é sabido que a região de Leiria terá um “envelope” financeiro de cerca de 103 milhões de euros. Assim estes documentos previsionais tem um conjunto variado de rubricas abertas no sentido de encaixar o financiamento com os referidos fundos, embora, em alguns casos, com valores residuais, dado que muitos projetos ainda são incertos e quando vierem as candidaturas aprovadas é só adicionar os montantes necessários. -----

-----Ainda sobre financiamentos comunitários aludiu aos montantes obtidos nos últimos anos de financiamento relativos a “*overbooking*”, que inclui o projeto de “Turismo de Natureza”, valor adicionais para a obra da “Central Termoelétrica”, “ampliação da ALE de Porto de Mós, extensão de saúde das Pedreiras, Covid 19, projeto inclusivo do Castelo de Porto de Mós. Neste particular informou ainda valores que o Município ainda tem a receber destes projetos e outros e que estão contemplados no orçamento da receita. Afirma que pelo mapeamento de projetos se prevê que o Município de Porto de Mós possa usufruir de mais de 8 milhões de euros no período 2024-2027, contra os cerca de 4,9 milhões de euros contemplados no “*Portugal 20-20*”, com critérios de distribuição que favorecem um pouco mais este concelho e para os quais há muitos projetos preparados para lançar, tendo dado destaque à remodelação do Mercado Municipal de Porto de Mós e ampliação e beneficiação da Escola Secundária de Porto de Mós, embora este último projeto não seja retirado daquela dotação, mas sim de outro programa nacional para o efeito, aproveitando para informar que estão a decorrer candidaturas para este efeito até 28/04/2023 e que o Município já está a contratar o projeto de execução para este efeito. -----

-----No que se refere às Grandes Opções do Plano, afirma que há um aumento em relação ao orçamento inicial do ano de 2022, mas também há acréscimos na despesa corrente que afetam as referidas GOP's, incrementado pelas obras em execução: “*Ampliação da ALE de Porto de Mós*”, “*Recuperação da Casa dos Calados*” e “*Saneamento da Cumeira, Albergaria,*

*Cruz da Léguas e Boieira*”. Destaque ainda para o aumento da rubrica “serviços auxiliares de ensino”, devido à transferência de competências na área da educação para o Município. -----

-----Destacou ainda a inserção de novos objetivos, como a “Juventude” e o “Empreendedorismo, inovação e descarbonização “ associado a um conjunto de projetos que podem vir a ser financiados no âmbito do próximo quadro comunitário de apoio e o reforço de dotações na Rubrica “transferências entre administrações” devido ao incremento de projetos intermunicipais com a CIM Região de Leiria, nomeadamente um projeto de substituição todas as luminárias da região por “led”, para o qual será contratado um empréstimo junto do Banco Europeu de Investimento para financiar o mesmo e onde cada Município deverá assumir a sua quota-parte, num investimento a rondar os sete milhões de euros e que incluía substituição de mais de 125.000 luminárias e ainda o reforço dos Contratos Interadministrativo com as Juntas de Freguesia com mais 50 mil euros. -----

-----De seguida referiu-se à receita que lhe parece bastante equilibrado, gerando um valor significativo de poupança corrente e esperando-se uma execução final em linha com os anos transatos, na ordem dos 95%, lembrando ainda que é espetável que no ano de 2023 o Município possa encaixar cerca de 3 milhões de euros de receita com a venda do lotes da “ampliação da ALE”, valor este que não pode estar contemplado no orçamento, por imperativo legal e que quando ocorrer servirá para reforçar dotações ou projetos que estão com “valores não definidos” ou outras com valores insignificantes nos respetivos documentos previsionais. ---

-----Prosseguindo a sua explanação dos documentos disse que as propostas apresentadas pelos vereadores do Partido Socialista foram todas acomodadas no documento e que são sempre nem vindos, que passou a escalpelizar: -----

-----•***Aquisição e execução do projeto do campo da fiandeira em Mira de Aire:*** -----

-----As negociações com a segurança social para adquirir os terrenos estão a decorrer e até já inclui o edifício em frente ao campo, pois a segurança social está a tentar vender tudo junto. Para o local existe um estudo prévio para a implantação dum espaço de lazer elaborado pelo Município e, embora sendo um terreno urbano tem condicionantes urbanísticas e está inserido dentro da ARU de Mira de Aire; Enquanto não se negociar os terrenos não se pode avançar para o projeto de mais área de lazer, em concreto; -----

-----•***Tratamento do Rio em Porto de Mós:*** -----

-----Há um aviso ao Fundo ambiental para esta obra que se interliga com o concelho da Batalha e cada um dos Municípios tem 500.000,00 € de dotação do fundo para este projeto; -----

-----•***Aceleração de construção de redes de saneamento básico, no Concelho, para além das grandes obras, já enunciadas que, provavelmente, terão uma execução diminuta no ano de 2023:***-----

-----Relativamente a este ponto frisou o projeto em curso para saneamento no Chão Pardo e Casais Garridos e vai ligar a Leiria em Porto Carro; A Rua Romana na Ribeira de Baixo, também prevista a execução e outras pequenas intervenções previstas no plano; Referiu que um grande problema que o Município tem neste particular é a falta de cultura das pessoas para ligarem os sistemas domésticos à rede pública de saneamento onde ela existe, referindo que o Município está a fazer um levantamento exaustivo das situações e foi detetado que só no Alqueidão da Serra 210 habitações não ligadas e com possibilidade de o fazerem, o que obriga o Município a aumentar os tarifários para aqueles que tem a ligação efetuada, pelo que o Município tem que ser mais duro neste particular, se necessário enviar os valores para cobrança coerciva nas finanças, até porque há uma forte pressão do ERSAR nesse sentido; -----

-----•***Aceleração do processo de regeneração da rede de águas com evidentes ganhos que certamente libertarão receitas para outras atividades:*** -----

-----No que concerne a este ponto, em concreto, o Município tem um plano de intervenções que está a levar a efeito de forma faseada, quer nas centrais de águas, quer nos reservatórios, tendo nesta altura algumas obras adjudicadas para este efeito e com valores

previstos no PPI para o ano 2023 e seguintes, podendo as dotações virem a ser reforçadas ao longo do exercício: Também a substituir equipamentos nas centrais, lembrando um concurso para a Fonte dos Vais recentemente lançado mas que ficou deserto de concorrentes e será lançado, no imediato novo concurso para realizar a intervenção;-----

-----•**Aplicação da ELH com criação de programas específicos, lá referidos, como sejam programas de apoio ao arrendamento e aquisição/construção de habitação própria: ---**

-----Em relação à Estratégia Local de Habitação é sabido que está aprovada e o processo a avançar, havendo linhas de crédito especiais do IFRU, que, em princípio, o Município vai aceder, para não lhe criar grandes constrangimentos de tesouraria no decorrer destes investimentos, bem assim como financiamento definidos para o efeito;-----

-----•**Extensão de ARU's a outras sedes de freguesia do Concelho, já referidas publicamente pelo Sr. Presidente e concretização de ações de efetiva reabilitação em vez de apenas demolição:-----**

-----Os planos das ARU's estão aprovados pelos órgãos competentes e há que implementar o que está previsto nos mesmos, não sendo que neste o processo os particulares tem um papel decisivo no desenvolvimento dos seus projetos de edificação. Festando inserido nos previsionais rúbrica para iniciar o processo de criação da ARU do Alqueidão da Serra; -----

-----•**Desenvolvimento de um programa cultural para todo o ano na Casa da cultura de Mira de Aire e Cineteatro de Porto de Mós: -----**

-----Afirma que existe atividade planeada na casa da Cultura de Mira de Aire e no Cineteatro de Porto de Mós e em outros locais. Mas neste ponto deixa a intervenção mais detalhada para o Senhor Vice-presidente da Câmara e Vereador do pelouro da Cultura;-----

-----•**Apresentação de um plano faseado para a redução de dependência energética de fornecedores externos (por exemplo: instalação de painéis fotovoltaicos em edifícios e instalações do Município cujos consumos sejam maioritariamente diurnos – escolas e centrais de bombagem por exemplo):-----**

-----No que que concerne a este tema deu nota da vontade do Município, como já havia referido outras vezes, do Município criar ou se associar a uma CER – Comunidade de Energia Renovável, havendo planos para criar três unidades de produção no concelho – Porto de Mós, Mira de Aire e Juncal, sendo necessário fazer estudos e criar o modelo de gestão e financiamento das mesmas, mas é um assunto que está em estudo, por parte do Município, referindo que tem que ser criada uma entidade independente para a exploração de tais CER's.

-----Além disso e como já havia aludido na sua intervenção a CIM Região de Leiria irá lança rum concurso tendente a substitui todas as lumiarias dos concelhos da região por tecnologia led, com poupanças energéticas significativas além de ambientais que estão associadas; - -----

-----•**Plano de intervenção em escolas com a finalidade de intervenção de forma faseada, bem definida, mas tendo em conta as debilidades ao nível do seu estado de conservação e sistemas de poupança de água e energia:-----**

-----Afirmou de forma perentória que existe um plano definido de intervenção nos diversos estabelecimentos de ensino do concelho, sendo que as GOP's em discussão tem verbas alocadas para esse efeito para os anos de 2023 a 2027. -----

-----•**Programa de apoio ao mundo associativo no sentido de apoiar programas de intervenção em áreas de redução e poupança de água, energia e eliminação de fibrocimento:-**

-----No que esse refere ao programa de apoio ao associativismo refere que está em fase de conclusão a elaboração dum novo regulamento municipal para o efeito que em breve será levado aos órgãos competente do Município para discussão e votação, podendo também o Vereador do Pelouro falar da mesmo. -----

-----No que concerne ao projeto de “substituição do fibrocimento”, disse que efetivamente houve alguns atraso neste processo, que está a ser elaborado um regulamento para este efeito e pelo que foi feito um estudo que conclui que os custos associados ao mesmo ultrapassariam os 200.000,00 € / ano, afirmando que nesta altura, não existe capacidade do Município para levar a efeito este plano como pretendia, mas continua a ser um objetivo a considerar;-- -----

-----•**Definição/ aquisição de terrenos e desenvolvimento de projeto das extensões de saúde de Alqueidão da Serra e Arrimal/Mendiga:** -----

-----Relativamente a estes edifícios das extensões de saúde, deu nota que está em fase de aquisição os terrenos, sendo que em Arrimal/ Mendiga será adquirido pela Freguesia e que o projeto para os mesmos será elaborado pela CIM região de Leiria através dum “*projeto tipo*”, que se espera possa ser apresentado ao Município até ao final do ano.-----

-----Portanto conclui que a propostas dos Vereadores do Partido Socialista foram contempladas nos documentos previsionais em apreciação. -----

-----Prosseguiu para dizer que o orçamento apresentado está condicionado pelas despesas correntes, que tem um aumento significativo, por razões já aduzidas anteriormente, também incrementado com as transferências de competências no domínio da Educação onde se pode deduzir que o Município assumirá défice entre as receitas que recebe do Governo e as despesas que tem que suportar, situação que não deveria ocorrer, lembrando que só no que se refere a diferença de custos na área das refeições escolas do 2.º e 3.º ciclos a diferença ultrapassará os 85.000,00 €, que terão que ser suportados pelo Município.-----

-----Mais disse, que três grandes obras: 1) “*Ampliação da ALE de Porto de Mós*”, “*Recuperação da Casa dos Calados*” e “*Saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira*”, mais a recolha e tratamento do lixo e saneamento e as atividades educativas absorvem cerca de 55% do valor das Grandes Opções do Plano para 2023, não deixando muita margem aos eleitos para desenvolvimento de alguns projetos que gostariam de implementar, mas foram opções políticas assumidas e que serão concretizadas por serem fundamentais para o futuro do concelho. ---

-----Mais disse que apesar da situação atrás descrita existe poupança corrente que será canalizada para investimento e no próximo exercício ocorrerá uma situação inédita no Município em que o Fundo de Equilíbrio Financeiro Corrente é insuficiente para suportar as “despesas com pessoal”, mesmo sem aumento do número de trabalhadores, não sendo compensadas as despesas dos aumentos do pessoal com incrementos do Fundo de Equilíbrio Financeiro por parte do Estado.-----

-----Terminada a sua intervenção e manifestando a sua disponibilidade para esclarecer alguma dúvida existente por parte dos senhores vereadores, sobre o assunto em discussão, passou a palavra ao Vereador Eduardo Amaral para falar do programa cultural.-----

-----**Intervenção do Vereador Eduardo Amaral:** -----

-----Começou por afirmar que o programa Cultural do Município não se resume às atividades de índole cultural realizadas na Casa da Cultura de Mira de Aire e no Cineteatro de Porto de Mós, mas também pela Central das Artes, posto de turismo de Porto de Mós e Biblioteca Municipal, sendo que as associações e outras entidades tem usufruído destes espaços para desenvolver também elas projetos culturais de elevada valia, havendo também atividades culturais diversas em espaços públicos, portanto não se cingindo a locais fechados e exclusivamente vocacionados para o efeito -----

-----No que se refere ao apoio ao associativismo, tal como já havia referido o Senhor Presidente, o novo regulamento de apoio está concluído, que irá ser apreciado no conselho Municipal do Desporto, a realizar em breve, para seguir os seus trâmites. Tendo alguns pressupostos que passam pelo reforço de verbas para os escalões de formação e inscrições de jogadores das equipas seniores, por forma a fomentar o aproveitamento da formação para os escalões maiores dos respetivos clubes federados. Também pressupõe a dignificação do papel

do dirigente associativo, como elemento importante desta dinâmica associativa com apoio na área da formação e outras. -----

-----Ainda nos escalões de formação serão atribuídos prémios a que tiver mais escalões de formação. Serão também discriminados positivamente as coletividades que tenham instalações desportivas próprias, pois assumem custos diferentes dos que utilizam os equipamentos municipais.-----

-----**Intervenção do Vereador Paulo Nobre Pereira:**-----

-----Para dizer que não vai entrar em grandes detalhes relativamente aos documentos em discussão, pois a “*Declaração de Voto*” a apresentar e subscrita pelos Vereadores do Partido Socialista dão nota do que é o pensamento dos Vereadores do Partido Socialista. -----

-----Sem prejuízo do que atrás referiu, disse que não poderia deixar de enfatizar alguns aspetos que lhe parecem negativos nos documentos em discussão: a dificuldade de saber, em concreto, o que se irá realizar no ano seguinte; o empurrar para anos seguintes alguns projetos que já figuravam nos documentos no ano anterior e até anteriores; e a situação de potenciais candidaturas a fundos comunitários se dão respostas a alguns projetos que devem ser desenvolvidos, tendo dado como exemplo o saneamento de parte restante da vila de Mira de Aire. -----

-----Considerou ainda manifestamente insuficiente a dotação (cerca de 50.000,00€) para o programa “*Empreendedorismo, Inovação e descarbonização*”. -----

-----Disse ainda que no ano passado os Vereadores do Partido Socialista deram um voto de confiança à maioria e votaram a favor dos Documentos Previsionais, no entanto lembra que ao longo do ano económico já ocorreram “*2 Revisões*” e “*8 Alterações aos Documentos*”, o que pode ter desvirtuado os documentos iniciais e prática com a qual não concordam na plenitude. -----

-----Refere ainda que com estes documentos o Município está muito focado no curto e não no médio prazo e até já há projetos a ultrapassar o próximo mandato autárquico. -----

-----Rematou que não concorda com estas opções e, como tal os Vereadores do Partido Socialista irão votar contra este documento. -----

-----**Resposta do Presidente da Câmara:**-----

-----As obras estratégicas para o ano estão devidamente inseridas e vai voltar a referir-se a elas: 1) “*Ampliação da ALE de Porto de Mós*”, “*Recuperação da Casa dos Calados*” e “*Saneamento da Cumeira, Albergaria, Cruz da Légua e Boieira*”, que absorvem uma parte significativa do orçamento de 2023 e até 2024, retirando estes valores não há muitas opções, no entanto as rubricas ficam abertas no sentido de ir submetendo candidaturas à medida que os avisos para os projetos delineados sejam abertos e não abrir as rubricas em função dos avisos para financiamentos, tem que se colocar agora para não por em causa o futuro, pois é sabido que os apoios de Fundos Comunitários tem tendência a abrandar e com percentagem de participação mais baixas. Na definição de prioridades, entre outros, estão as obras de “*Requalificação do Mercado Municipal de Porto de Mós*”, “*a Rede de Saneamento de Mira de Aire*”, as “*Extensões de Saúde de Arrimal / Mendiga e Alqueidão da Serra*”, “*Centro Escolar no Juncal*”, “*Pista de Atletismo para o Grupo desportivo das Pedreiras*”, entre outras. -----

-----**Intervenção do Vereador Paulo Nobre Pereira:**-----

-----Voltou a usar da palavra o Senhor Vereador para dizer que concorda com alguns argumentos aduzidos pelo Senhor Presidente e que efetivamente não se consegue chegar a todo o lado e que, inequivocamente há que definir prioridades. -----

-----**Resposta do Presidente da Câmara:**-----

-----Voltou a usar da palavra para dizer que iria lançar um repto aos Vereadores do Partido Socialista, que é ele entrega o Orçamento como está e eles que cortem onde entenderem e depois assumam isso! -----

-----Prosseguiu para dizer que em termos de estratégia está correto e que até foram incluídas rúbricas em função de recomendações emanadas da CCDR Centro em áreas que se sabe antecipadamente que vão ser apoios do quadro de financiamento “20-30”, opinando que são legítimas as opções estratégicas diferentes.-----

-----Fica com pena que o documento não seja de votação unânime, pois considera que o mesmo tem valia, mas que se deve aceitar a votação.-----

-----Apresentados os Documentos Previsionais para os anos 2023-2027, que inclui o Orçamento e as Grandes Opções do Plano, contabiliza-se em termos de Orçamento o montante de € 27.278.207,00 (vinte e sete milhões, duzentos e setenta e oito mil e duzentos e sete euros) em receitas e despesas, e ainda os seguintes valores:-----

-----Receita corrente: € 21.257.162,00 (vinte e um milhões, duzentos e cinquenta e sete mil, cento e sessenta e dois euros).-----

-----Receita de capital: € 6.021.045,00 (seis milhões, vinte e um mil e quarenta e cinco euros).-----

-----Despesa corrente: € 17.360.035,00 (dezassete milhões, trezentos e sessenta mil e trinta e cinco euros).-----

-----Despesa de capital: € 9.918.172,00 (nove milhões, novecentos e dezoito mil e cento e setenta e dois).-----

-----Após a sua análise e discussão, foram os mesmos submetidos a votação, tendo a Câmara Municipal deliberado aprovar a proposta apresentada, **por maioria**, com dois votos contra dos Vereadores Senhor Paulo Jorge Nobre Pereira e Senhora Sofia Margarida Amado Pereira e quatro votos a favor dos restantes membros do executivo. Mais deliberou, por unanimidade, e nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º e alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter os referidos Documentos Previsionais para os anos 2023-2027 à aprovação da Assembleia Municipal.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma Declaração de Voto, no seguinte teor:-----

### -----“**Declaração de Voto**-----

#### -----**1.Proposta de Documentos Previsionais para o Ano de 2023-2027;**-----

-----Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentam a seguinte declaração de voto da proposta relativa ao Ponto 1 da Ordem de Trabalhos:-----

#### -----**Proposta de Documentos Previsionais para o Ano de 2023-2027;**-----

-----1º - *Considerando que no passado ano de 2021 os Vereadores do Partido Socialista optaram por dar um voto de confiança ao Sr. Presidente da Câmara e restantes membros do executivo com pelouros atribuídos que se consubstanciou em 2 revisões e 8 alterações até esta data.*-----

-----2º - *Considerando que após a reunião de apresentação das linhas mestras do documento em apreço, o grupo de Vereadores do PS apresentou um documento onde apresentou uma série de elementos que considera de primordial importância para o desenvolvimento do concelho e criação de qualidade de vida dos seus Municípios que, na prática, não tiveram qualquer acolhimento.*-----

-----3º – *Considerando que, uma vez mais, se inscreve no orçamento e GOP’s uma enorme quantidade de atividades com verbas diminutas ou atirados para um prazo tão*

*prolongado que não passa de uma inscrição para dizer que consta no documento mas não terão qualquer efeito nos próximos tempos, sendo que alguns já vão para meados do próximo mandato.*-----

----- 4º- *Considerando os documentos em apreço constituem documentos fundamentais na definição de uma estratégia firme e clara sobre o desenvolvimento do Concelho, mas que estamos perante um documento que dá para tudo e coisa nenhuma, tal é a quantidade de “rubricas abertas” e rúbricas ano após ano atiradas para o ano seguinte.*-----

-----5º - *Considerando que áreas como o Ordenamento do Território, Águas e Resíduos apresentam cortes significativos, tal como a área do empreendedorismo e descarbonização onde se exige uma atividade assertiva e emergente mas que se fica pelos 51.000€, dada a emergência energética, em que nos encontramos, que não se vislumbra nestes documentos. Finalizando na saúde com um abaixamento significativo nas GOP’s e Ação Social com valores inferiores ao ano de 2020.*-----

-----*Os Vereadores do PS só podem Votar contra o Orçamento agora em discussão.*-----

-----*Porto de Mós, 30 de novembro de 2022.*”-----

-----**Resposta do Senhor Presidente da Câmara à Declaração de Voto dos Vereadores do Partido Socialista:**-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista insistem numa oposição incoerente e sem qualquer visão estratégica para o Concelho. Justificam o seu voto contra o orçamento para 2023 porque, segundo a sua declaração de voto, contém demasiadas rubricas abertas sem montante significativo, mas por outro lado, defendem a sua permanência caso haja possibilidade de vir a beneficiar de fundos comunitários. É também pouco sério afirmar que nenhuma das 11 sugestões apresentadas como contributo para o orçamento, “tiveram qualquer acolhimento”.-----

-----O que não é verdade! Senão vejamos:-----

-----O campo da fiandeira está Inscrito nas rubricas do orçamento. Este projeto mantém-se como aposta deste Executivo, estando a aguardar aval do estado para adquirir posse dos respetivos terrenos a preços justos e aceitáveis, como aliás é do conhecimento dos Senhores Vereadores do Partido Socialista (2.252. 2022/100 – pág. 10 das GOP’s);-----

-----Relativamente ao tratamento do rio em Porto de Mós, está concluído o projeto da requalificação do rio Lena desde a nascente até ao limite do concelho, que inclui a recuperação dos açudes e tratamento do leito na zona urbana. No passado as intervenções resumiam-se a resolução de problemas pontuais e é nosso entendimento que é necessária uma intervenção de fundo, que salvguarde os interesses dos regantes, mas também salvguarde a segurança e bem-estar das populações. Existe compromisso do fundo ambiental para abertura de aviso específico para este fim no valor até 500.000€ (2.246. 2022/126 pág. 8 das GOP’s).-----

-----O saneamento básico representa talvez uma das principais apostas deste orçamento, com um montante anual previsto de investimento raramente atingido em toda a história da Autarquia. Para além das rubricas genéricas está em curso o projeto para concretização da rede de saneamento em Chão Pardo, Casais Garridos e Andainho, da Rua Romana em Ribeira de Baixo, a conclusão em Alqueidão da Serra e Casais de Baixo (2.243 – pág. 7 das GOP’s);-----

-----A renovação de condutas de fibrocimento, que este Executivo tem consecutivamente efetuado durante todo o seu mandato, tornando cada vez mais eficiente o sistema de distribuição de água, prevendo-se para o próximo ano a substituição de condutas na Carreirancha/Alqueidão da Serra) mas também a requalificação dos reservatórios de água, estando previsto para o próximo ano intervenção em Mendigos, Bouceiros, Casal Duro e Casais de Matos (2.244 – pág. 7 das GOP’s);-----

-----A Estratégia Local de Habitação que está totalmente aprovada, a um nível onde poucos Municípios do País chegaram, aguardando apenas o respetivo financiamento comunitário para avançar para o terreno (2. 241. 2022/33 – pág. 5 das GOP’s);-----

-----A extensão das ARU's, tema constante nos orçamentos deste Executivo, com o alargamento da ARU de Porto de Mós e a nova ARU do Juncal quase concretizada, assim como a intenção de iniciar já em 2023 a ARU do Alqueidão da Serra (2.242.2023/5011 – pág. 16 das GOP's). Relembramos que as ARU's do nosso concelho, têm associadas ORU's sistemáticas, com planos de intervenção do Município definidos a 15 anos, contrariando em absoluto a ideia do imediatismo. Relembrar que no caso de Mira de Aire, antes de existir construção tinha que haver demolição e mesmo aí já foram concretizados 2 dos projetos definidos na estratégia. -----

-----O investimento na redução de dependência energética a fatores externos já contemplado em orçamento, através de uma comunidade de energias renováveis, que poderá igualmente avançar através de projeto Intermunicipal (Enerdura ou CIMRL) e tal como foi explicado na reunião de câmara está em curso pela CIMRL o concurso para substituição de todas as luminárias dos concelhos da região, num investimento previsto superior a 6 milhões de Euros e que obviamente não está especificado no orçamento, uma vez que a responsabilidade financeira do Município será concretizada por transferência para aquela entidade (3.321.2023/1, 3.321.2023/2 – pág. 12 das GOP's e 4.420.2018/5049 – pág. 15 das GOP's); -----

-----O investimento anual na conservação e reparação da rede de edifícios escolares espalhados por todo o concelho, que se mantém de forma constante desde a entrada deste Executivo, estando prevista para o verão de 2023 intervenção no Jardim de Infância de Alqueidão da Serra e na Escola de Casais Garridos 2.211.2022/26 e 2.211.2022/27 – pág. 2 das GOP's); -----

-----O apoio ao movimento associativo para obras de melhoria nas suas infraestruturas, contínua de forma permanente em todos os orçamentos. Está na fase de conclusão o novo regulamento de apoio ao movimento associativo (2.252. 2022/101 e seguintes – pág. 10 das GOP's) e (2.252. 2022/5045, 5046 e 5047 – pág. 9 das GOP's). -----

-----Afirmam ainda os vereadores do PS que o orçamento investe pouco em empreendedorismo e descarbonização; pois foi precisamente neste o orçamento que de forma inédita para o concelho, foram criadas rubricas específicas para investimentos nesta área, com grande potencial de financiamento comunitário, reiterando-se a importância da abertura de rubricas específicas para se iniciarem os processos de candidaturas ao próximo quadro comunitário de apoio, sem as quais não seria possível fazê-lo em tempo útil. Finalmente e indiciando pretexto para o voto contra, referem os vereadores do Partido Socialista que este Executivo reduziu o apoio em saúde e Ação Social. Estas afirmações demonstram ligeireza na análise ao documento. Relativamente à saúde, por força da conclusão das obras do Centro de Saúde de Pedreiras existe uma natural redução dos valores. E no que diz respeito à Ação Social, a resposta vem da previsão de apoios ao Cassac e Santa Casa da Misericórdia de Porto de Mós, com 170.000€ inscritos com fonte de financiamento “não definido” (2.232.2022/5029 e 2.232.2022/5032 – pág. 5 das GOP's). Mas neste particular não podemos deixar de referir que foi este Executivo que colocou em prática o inovador plano de saúde para todos os munícipes, beneficiando assim de uma prestação de cuidados de saúde a preços acessíveis, pioneiro no País e como nunca existiu no concelho. Da mesma forma em termos de apoios Sociais, todos os apoios do presente são incomparáveis com os do passado, porque simplesmente no passado não existiam. Estamos a falar do apoio à Natalidade, Devolução do IRS, IMI familiar, bolsas de estudo, transportes escolares, prémio de reconhecimento ao melhor aluno do concelho, apoio ao medicamento através da rede ABEM, apoio social com bens às famílias desfavorecidas, entre muitos outros apoios com caráter genérico. -----

-----Por tudo isto, reafirmamos que a Declaração de Voto dos Vereadores do Partido Socialista confirma a inexistência de evidências que sustentem o seu voto contra. Conclui-se que votaram contra porque decidiram votar contra! -----

-----Com esta posição, fica evidente, que a decisão e tomada de posição dos Vereadores do Partido Socialista não é baseada nos factos declarados, mas antes noutras razões, talvez Políticas, que em nada contribuem para o desenvolvimento harmonioso do nosso Concelho.-----

-----**2.PROPOSTA DE MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2023** – Presente uma proposta do Presidente da Câmara, Senhor Jorge Vala, no seguinte teor:-----



-----  
 ----- “O Município de Porto de Mós, enquanto empregador público, tem que planear anualmente as suas atividades de natureza permanente ou temporária, tendo presente a missão, as atribuições, os objetivos fixados, as competências das unidades orgânicas e dos recursos financeiros disponíveis. Para dar resposta a toda a atividade municipal, deve se planear e pugnar por uma gestão cada vez mais eficiente e de qualidade, competindo no caso em particular, ao dirigente máximo do serviço, o Presidente da Câmara Municipal, a elaboração do mapa de pessoal, conforme disposto na alínea a) do n.º 2 do artigo 27.º da Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas (LTFP), publicada em anexo à Lei n.º 35/2014, de 20 de junho, na sua atual redação, acompanhado da proposta de Orçamento Municipal, de acordo com o n.º 4 do artigo 28.º da LTFP. -----

-----O mapa de pessoal, elaborado em conformidade com as regras estabelecidas nos artigos 28.º e seguintes da LTFP, na sua redação atual, constitui um instrumento fundamental de planeamento e gestão estratégica de recursos humanos, através do qual é possível obter uma visão integrada e dinâmica desses mesmos recursos, contribuindo para uma cultura organizacional orientada para o serviço público, de acordo com critérios de racionalização, transversalidade, eficiência e economia de custos. -----

-----Neste particular, deverá ainda ser tido em conta a necessidade de preparar a organização para a era digital e paulatinamente e, dentro do possível, o rejuvenescimento do pessoal ao serviço da entidade.-----

-----Foi tido em conta a necessidade de dotar algumas funções com pessoal por tempo indeterminado, por se verificar que as funções são permanentes e portanto não deverá ser assegurado por pessoal contratado a termo certo.-----

-----A proposta do mapa de pessoal contém a indicação do número de postos de trabalho de que o órgão ou serviço carece, para o desenvolvimento das respetivas atividades, caracterizadas em função:-----

-----a) Da atribuição, competência ou atividade que o seu ocupante se destina a cumprir ou a executar; -----

-----b) Do cargo ou da carreira e categoria que lhes correspondam;-----

-----c) Dentro de cada carreira e, ou, categoria, quando imprescindível, da área de formação académica ou profissional de que o seu ocupante deva ser titular;-----

-----d) Do perfil de competências transversais da respetiva carreira ou categoria, regulamentado por portaria do membro do Governo responsável pela área da Administração Pública e complementado com as competências associadas à especificidade do posto de trabalho.-----

-----O mapa de pessoal é aprovado pela Assembleia Municipal, de acordo com o preceituado no n.º 4 do artigo 29.º da LTFP e alínea o) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro na sua redação atual, sendo afixado no órgão ou serviço e disponibilizado na página eletrónica institucional do município. A estrutura do mapa de pessoal contempla as diversas modalidades de relação jurídica de emprego público existente no Município de Porto de Mós. -----

-----Da proposta apresentada, prevêem-se 17 novos postos de trabalho por tempo indeterminado e 14 por tempo determinado, que correspondem a: -----

-----a) 7 Posto de trabalho cujo procedimento concursal está a decorrer;-----

-----b) 6 Postos para eventual preenchimento de posto de trabalho por tempo indeterminado, cujo posto de trabalho está preenchido por tempo determinado; -----

-----c) 3 Postos de trabalho para eventual preenchimento de pessoal para educação em função de necessidades que ocorram; -----

-----d) 3 Postos de trabalho por tempo indeterminado a ponderar mobilidade internas intercarreiras para várias funções; -----

-----e) 9 Postos de trabalhos para vários serviços para novas funções que surgiram ou por necessidades verificadas nas unidades orgânicas respetivas; -----

-----f) 3 Postos de trabalho para pessoal a afetar a novas competências na área da ação social; -----

-----Este mapa não poderá ser dissociado da transferência de competências na área da educação e ação social onde o município já recebeu 33 trabalhadores do Ministério da educação, aqui refletidos e terá que alocar, pelo menos mais três à ação social.-----

-----Dando cumprimento ao preceituado no artigo 3.º e 4.º do Decreto-Lei 93/2021, de 09 de novembro, que "procede à fixação de um suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade" proponho, nos termos da competência prevista no n.º 2 do artigo 3.º do supra aludido Decreto-lei, a aprovação da atribuição do Suplemento de Penosidade e Insalubridade (SPI) aos trabalhadores do Município de Porto de Mós, para o ano de 2023 integrados na carreira geral de assistente operacional ou que exerçam funções por referência ao conteúdo funcional daquela carreira, independentemente da modalidade de vínculo, cuja caracterização implica o exercício efetivo de funções em condições de penosidade e insalubridade.-----

-----1.º) No que respeita às seguintes áreas:-----

-----a) Recolha e tratamento de efluentes urbanos;-----

-----b) Saneamento;-----

-----c) Serviço de cemitérios;-----

-----d) Limpeza de canis e recolha cadáveres de animais;-----

-----e) Asfaltamento de rodovias.-----

-----2.º) Que, tendo em conta o Mapa de Pessoal que em proposto a caracterização do nível de insalubridade e penosidade dos postos de trabalho integrados na carreira geral de assistente operacional, elegíveis para este efeito, tenham direito ao SPI os trabalhadores municipais no exercício das seguintes funções:-----

----- (i) Canalizadores;-----

----- (ii) Cantoneiros de vias (desde que a exercer funções referidas nas alíneas a) b) e c) d) e e) do n.º precedente);-----

----- (iii) Operacionais afetos ao serviço de cemitérios;-----

----- (iv) Operacionais afetos ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO);-----

----- (v) Condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, quando em operação de redes de saneamento;-----

----- (vi) Outros operacionais que desenvolvam as suas funções nas áreas aludidas e não especificamente mencionados nas alíneas anteriores.-----

-----3.º) Que seja aprovada a qualificação do nível de insalubridade ou penosidade nos seguintes termos:-----

-----a) Canalizadores: Nível médio de insalubridade ou penosidade;-----

-----b) Cantoneiros de vias: Nível médio de insalubridade ou penosidade;-----

-----c) Operacionais afetos Serviço de cemitérios: Nível alto de insalubridade ou penosidade;-----

-----d) Operacionais afetos ao Centro de Recolha Oficial de Animais de Companhia (CRO): Nível alto de insalubridade ou penosidade;-----

-----e) Condutores de máquinas pesadas e veículos especiais, quando em operação de redes de saneamento: Nível médio de insalubridade ou penosidade;-----

-----Em termos financeiros os custos estimados com o pagamento deste suplemento estima-se em 15.110,00€, conforme consta em rubrica própria no orçamento da despesa para o exercício.-----

-----Em face do atrás aludido e, nos termos da legislação supra referenciada, proponho a aprovação da presente proposta, para que possa ser submetida à votação da Assembleia Municipal, nos termos das competências daquele órgão do Município."-----

-----**Intervenção do Presidente da Câmara:**-----

-----Para explicar o conteúdo da proposta de mapa de pessoal para o ano de 2023, considerando que está em linha com os anos anteriores e se não fosse o aumento de pessoal decorrente da descentralização de competências na área da educação e ação social, o Município teria 9 trabalhadores a menos que em 2018.-----

-----Disse que o mapa foi elaborada com a previsão de pessoas que se sabem que se irão reformar no próximo ano e, entende que para substituir esses trabalhadores não se deverá abrir concurso por tempo indeterminado ou seja a compensação, em alguns casos, será por pessoal por tempo determinado, para aferir a mais-valia dos eventuais recrutados.-----

-----**Intervenção da Vereadora Sofia Pereira:**-----

-----Para questionar o que é o subsídio de insalubridade e penosidade referenciado na proposta em análise.-----

-----**Resposta do Presidente da Câmara:**-----

-----Para dizer que este subsídio já existe há 2 anos e é atribuído aos trabalhadores da carreira de assistente operacional que executam determinadas funções tipificadas na legislação aplicável.-----

-----**Intervenção do Vereador Paulo Nobre Pereira:**-----

-----Para dizer que há um significativo aumento de pessoal no mapa de pessoal (30) e já no ano de 2022 os órgãos do Município aprovaram o recrutamento de mais pessoas e que as despesas com pessoal tem uma aumento de cerca de 1 milhão de euros, opinando que com este aumento haverá dificuldade em gerir as despesas correntes, afirmando que não concorda com este caminho.-----

-----**Resposta do Presidente da Câmara:**-----

-----Para dizer que a maior parte deste aumento decorre da transferência de competências na área da educação que transferiu para o Município durante o ano de 2022 mais 33 trabalhadores e a transferência das competências na área da ação social que obriga à contratação e mais 3 técnicos para aquela área, além dum aumento médio previsível de 4% para o ano de 2023 sobre a massa salarial de 2022. Afirma ainda que durante o mandato anterior e no corrente ano nunca foi aumentado o número de trabalhadores e todos tem informação sobre isso. Lembra ainda que o Município tem em média cerca de 16 pessoas de baixa e as que descontam para a Caixa Geral de Aposentações o Município tem que continuar a pagar vencimento o que é um valor ainda com algum significado. Por último, refere que no corrente ano letivo as escolas do concelho tiveram inscrição de cerca de mais de 250 alunos e esta situação é boa e pressupõem garantia para o futuro do concelho, mas obriga também a mais pessoal afeto à área da educação e tudo isto é a somar às referidas "*despesas com pessoal*". Reiterando que ninguém pode acusar este executivo de aumentar o número de trabalhadores e que em matéria de gestão de recursos humanos no pós 25 de abril, foi a gestão mais exigente que este Município teve, embora não possa se possa prescindir de recurso para executar as funções fundamentais de serviço e pagar as remunerações e outros custos associados aos mesmos.-----

-----Mais disse que se o Município quiser manter os valores de "custos com pessoal" ano nível do ano de 2022 terá que despedir pessoas, basta fazer contas e, portanto é isso que ele irá dizer ou seja os vereadores do Partido Socialista pretendem despedimentos de pessoal no Município! ------

-----Deliberado aprovar o mapa de pessoal para 2023 e submeter à votação da Assembleia Municipal com dois votos contra dos Vereadores do Partido Socialista, Senhor Paulo Jorge Nobre Pereira e Senhora Sofia Margarida Amado Pereira.-----

-----Os Vereadores do Partido Socialista apresentaram uma Declaração de Voto, no seguinte teor:-----

-----**“Declaração de Voto**-----

-----**“1.Proposta de Mapa de Pessoal para o Ano de 2023;**-----

-----Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista apresentam a seguinte declaração de voto da proposta relativa ao Ponto 2 da Ordem de Trabalhos: -----

-----**Mapa de Pessoal para o Ano de 2023;**-----

-----1º - Considerando que na passada Reunião de Câmara foi afirmado pelo Sr. Presidente do Município que já se sentem algumas dificuldades com o pagamento dos colaboradores do Município, bem como dos encargos inerentes.-----

-----2º - Considerando que, ainda, há pouco tempo houve um significativo aumento do número de colaboradores no quadro de pessoal do Município de Porto de Mós.-----

-----3º - Considerando o aumento significativo com o pessoal previsto no orçamento para 2023 com um aumento de cerca de 1.000.000€, passando a % das despesas totais com pessoa de 23.80% para 25.35% o que a médio prazo pode ter consequências gravosas.-----

-----4º - Considerando que na proposta não se consegue perceber da proposta uma justificação clara para as novas necessidades, ou pelo menos, para grande parte delas.-----

-----5º - Ainda assim, e não percebendo a razão de ser apresentada na mesma proposta do mapa de pessoal para o ano de 2023 a classificação e atribuição de “suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade” a alguns colaboradores com a qual concordamos e solicitamos a sua separação. --

-----**Resposta do Senhor Presidente à declaração de Voto dos vereadores do Partido Socialista:**-----

-----Relativamente à declaração de voto dos Vereadores do Partido Socialista, importa esclarecer **que não é verdade** que o Presidente da Câmara alguma vez tenha dito que se “sentem algumas dificuldades com o pagamento dos colaboradores do Município, bem como dos encargos inerentes”. Estamos perante afirmações gratuitas e demagógicas, que podem até criar algum alarmismo completamente infundado junto dos nossos trabalhadores. Não é verdade nem faz qualquer sentido, uma vez que o Município tem capacidade para fazer face a TODOS os compromissos que este Executivo assume. Existir preocupação com o aumento global das despesas correntes, com o aumento dos ordenados sem a respetiva compensação por parte do Estado é uma coisa, dizer que se sentem dificuldades em pagar os ordenados, além de nunca o ter dito não é verdade, não é sério nem responsável!-----

-----Para quem já foi Vereador em regime de permanência, não deveria ser necessário referir que uma coisa é o orçamento inicial (5.925.350€) e outra diferente é o orçamento nesta data (6.338.795,00 €). E este é o valor base de referência para o Orçamento de 2023!-----

-----De facto durante o ano de 2022, foi reforçado o orçamento em mais 160.700,00€, em resultado das atualizações salariais da função pública e respetivos aumentos das prestações sociais (O orçamento de Estado foi aprovado mais tarde que o habitual). Ainda em Abril de 2022 o valor inicial da despesa com pessoal foi reforçado em mais 369.545,00 €, por força da integração dos 33 funcionários afetos à transferência de competências da educação, tendo havido uma supressão de dotações desta despesa de 116.800,00 €, por não se justificar. Isto significa que apenas nestas duas alterações, o orçamento das rubricas do pessoal teve um aumento em 2022 superior a 527 mil euros. Naturalmente que para o ano de 2023 a base foi o valor atualizado e não o valor de orçamento inicial, valores estes que tiveram que prever a atualização dos salários, prestações sociais e subsídios de refeição, conforme previsto no Orçamento do Estado para 2023 e ainda 1 ano completo de salários e prestações sociais para os 33 trabalhadores integrados em Abril (cerca de 300 mil Euros no total). Foram ainda incluídos os valores correspondentes à transferência de RH's no âmbito da descentralização da Ação Social (+76.969,90€). Assim, verificamos que a rubrica afeta a despesas com Recursos Humanos para 2023 quando comparada com a despesa de 2022 prevê apenas um aumento

passível justificação com contratações em cerca de 90.000€, que resultam da necessidade de contratação de 1 Veterinário (Procedimento Concursal a decorrer; 1 Fiscal (procedimento concursal a decorrer) e 1 Engenheiro Civil (Procedimento Concursal em preparação) e ainda alguns ajustamentos com mobilidades inter carreiras.-----

-----Não podemos deixar de referir que, não fora a integração em Abril dos 33 trabalhadores no âmbito da descentralização de competências, a diferença entre entradas e saídas desde 2018 até ao presente, resultaria num saldo de menos 9 trabalhadores. E se não fosse reforçada a rubrica dos RH's no valor indicado, o Município seria obrigado a despedir cerca de 70 trabalhadores. É isso que querem os Vereadores do Partido Socialista?-----

-----Já este ano os Vereadores do Partido Socialista votaram contra o acréscimo de 6 auxiliares para as escolas, que, em articulação com o Agrupamento, entendemos necessário devido sobretudo ao aumento do número de alunos. Foi afirmado pelos Senhores Vereadores que estas contratações configuravam falta de planeamento. -----

-----Os Vereadores do Partido Socialista afirmam ainda que não se consegue perceber da proposta uma justificação clara. Mas não questionaram ou tentaram perceber ponto por ponto as dúvidas evidenciadas na declaração de votos. Isto porque provavelmente a sua determinação era já o voto contra e não uma reflexão do sentido de voto após as explicações.-----

-----De referir ainda que, como já foi explicado o “suplemento remuneratório com fundamento no exercício de funções em condições de penosidade e insalubridade” de acordo com a Lei não é passível de separação. Daí que esta solicitação não possa ser correspondida por ser ilegal. --- -----

-----Reiteramos a nossa disponibilidade para esclarecer todas as dúvidas dos Senhores Vereadores do Partido Socialista, sempre que nos sejam colocadas.-----

Neste sentido consideramos a posição dos Vereadores do Partido Socialista desfasada da realidade, que sendo aplicada levaria à impossibilidade de serem cumpridos os compromissos anteriormente assumidos pelo Município. -----

-----**Porto de Mós, 30 de Novembro de 2022**-----

-----**3.MEDIDAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE PORTO DE MÓS PARA O ANO DE 2023** – Presente uma proposta do Presidente da Câmara, Senhor Jorge Vala, no seguinte teor: -----

-----*“As medidas de execução do orçamento são submetidas à aprovação dos órgãos do Município juntamente com a proposta de orçamento e grandes opções do plano para os 5 anos seguintes. O referido documento é um documento descritivo de normas internas de índole eminentemente técnicas, embora com importância para a gestão financeira e não só, do Município do ano económico em que se aplica. -----*

-----*As aludidas medidas estão em linha com as aprovadas no ano transato, havendo apenas algumas alterações no que concerne a legislação aplicável, quando alterada.-----*

-----*Assim, tendo em conta o atrás aludido e o conteúdo das mesmas, que se anexam e fazem parte integrante deste processo, proponho possa a Câmara Municipal, ao abrigo da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei 75/2013, de 12 de setembro, na sua atual redação, submeter as aludidas medidas à votação da Assembleia Municipal no âmbito das competências deste órgão.”-----*

-----Deliberado aprovar e submeter à votação da Assembleia Municipal com dois votos de abstenção dos Vereadores do Partido Socialista, Senhor Paulo Jorge Nobre Pereira e Senhora Sofia Margarida Amado Pereira. -----

-----Todas as deliberações que não tenham qualquer anotação foram aprovadas por unanimidade. -----

-----**APROVAÇÃO DA ATA EM MINUTA** – A Câmara Municipal **deliberou, por unanimidade**, ao abrigo do n.º 3, do artigo 57.º, do anexo I, à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, aprovar a presente ata em minuta, no final da reunião, para efeitos imediatos. -----

-----**ENCERRAMENTO** – E nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrada a reunião, pelas dez horas e cinquenta minutos, da qual para constar, se lavrou a presente Ata.-----

\_\_\_\_\_  
\_\_\_\_\_